

III — GESTÃO DA ECONOMIA

1. Melhoria da gestão da economia e da gestão financeira

1.1. Reorganização do Ministério das Finanças

Durante 1989 continuaram os trabalhos de reorganização do Ministério das Finanças, visando a sua modernização e eficiência.

Embora lentamente, devido à insuficiência de instalações, quadros e meios financeiros, conseguiram-se alguns avanços, sendo de salientar:

- A informatização da elaboração do Orçamento Geral do Estado;
- A informatização da gestão da dívida pública;
- O início do estudo da informatização do processamento de vencimentos;
- A conclusão da fase teórica do Curso de Verificadores de Conta, iniciado em 1987 e do qual saíram 18 quadros para a Inspeção-Geral de Finanças e para o serviço de fiscalização tributária;
- A melhoria da fiscalização em matéria de contribuição industrial.

1.2. Execução orçamental

A arrecadação de receitas correntes em 1989 ascende a 3 344 427 contos, superior à previsão em 99 452 contos (3%) e à cobrança do ano anterior em 445 024 contos (15,3%), conforme se pode ver no Quadro 1 anexo.

Este forte crescimento da cobrança, ficou a dever-se, fundamentalmente, aos impostos indirectos, que acusaram um aumento de 284 431 contos, isto é, mais 19,5% sobre a cobrança do ano anterior.

A taxa de crescimento das receitas correntes no período 1988/89, 15,3%, foi a mais elevada que ocorreu desde 1986, sendo superior ao dobro das taxas de crescimento registadas nos períodos 1986/87 e 1987/88, conforme se mostra no Quadro 2 anexo.

As despesas correntes, que somaram 3 938 906 contos, se ultrapassaram em 518 351 contos a realização de 1988, mais 15,2%, ficaram aquém do limite orçamental em 190 492 contos. A revisão salarial da função pública e o aumento do serviço da dívida explicam a maior parte do aumento das despesas correntes entre 1988 e 1989. Sendo a revisão salarial dos funcionários a simples reposição do seu poder de compra enfraquecido pela inflação, e sendo o serviço da dívida contratual, pode-se concluir que as despesas correntes praticamente estagnaram no período em termos reais, já que a taxa de inflação se estima em cerca de 8% no último ano. Quer dizer, continuou-se a adoptar fortes medidas de contenção das despesas para minimizar o déficit público.

As despesas dos investimentos do Plano, pagas pelo Tesouro ou conhecidas do Ministério das Finanças, totalizaram 3 011 415 contos, inferior em 36,6% ao previsto, mas superior em 9,5% ao registado no ano anterior. As taxas de realização mais baixas verificaram-se principalmente nos sectores das pescas, indústria, energia, educação e habitação/urbanismo/saneamento.

O financiamento das despesas de investimentos foi assegurado da seguinte forma:

— FDN (ajuda alimentar)	867 307	contos	28,8
— Donativos diversos	1 330 599	*	44,2
— Reembolsos de empréstimos	54 891	*	1,8
— Empréstimos externos	758 618	*	25,2
	3 011 415	*	100,0

Quadro 1

RECEITAS COBRADAS EM 1989, EM COMPARAÇÃO COM A COBRANÇA DE 1988 E A PREVISÃO (Em 1 000 Escudos)

RECEITAS	1988 Cobrança 1.	1989(a) Cobrança 2.	1989 Previsão 3.	DIFERENÇAS (b)	
				4.=2.-1.	5.=2.-3.
Impostos directos... ..	755 955	814 369	801 800	- 58 414	12 569
Contribuição Industrial ...	301 167	313 076	320 000	11 909	(6 924)
Contribuição Predial ...	37 099	42 720	45 000	-5 621	(2 280)
Imposto Profissional ...	124 798	153 064	140 000	28 266	13 064
Imp. Cap. Rend. Petróleo ...	60 365	53 014	52 000	(7 351)	1 014
Imposto Complementar ...	211 483	229 878	220 000	18 395	9 878
Outros	21 043	22 617	24 800	1 574	(2 183)
Impostos indirectos	1 455 228	1 739 659	1 576 305	284 431	163 354
Direitos de Importação ...	621 439	671 139	640 000	49 700	31 139
Impostos de Consumo... ..	424 904	520 880	480 000	95 976	40 880
Imposto do Selo	137 258	209 602	185 000	72 344	24 602
Emolumentos Gerais	269 849	336 576	270 000	66 727	66 576
Outros	1 778	1 462	1 305	(316)	157
Taxas, Multas,	73 013	93 718	69 485	20 705	24 233
Rendim. de Propriedade (b) ...	485 369	469 804	620 915	(15 565)	(151 111)
Transferências	42 893	108 972	92 220	66 079	16 752
Venda de Bens e Serviços... ..	85 756	97 770	84 250	12 014	13 520
Outras Receitas Correntes ...	1 189	20 135	0	18 946	20 135
Total	2 899 403	3 344 427	3 244 975	445 024	99 452

(a) Valores provisórios, em 24 de Março de 1990

(b) Os valores entre parêntesis são negativos.

(Arquivo: REC-89 — FONT 46)

Quadro 2

COBRANÇA DE RECEITAS CORRENTES — 1984/89

1. VALORES EM 1 000 ESCUDOS

RECEITAS	1984	1985	1986	1987	1988	1989(a)
Impostos directos...	594 028	536 551	701 191	725 094	755 955	814 369
Contribuição Industrial ...	130 586	153 554	223 337	245 296	301 167	313 076
Contribuição Predial ...	12 025	13 060	19 566	30 746	37 099	42 720
Imposto Profissional ...	74 359	84 780	104 596	112 235	124 798	153 064
Imp. Cap. Rend. Petróleo ...	225 381	105 151	105 430	108 977	60 365	53 014
Imposto Complementar ...	128 113	159 348	228 650	206 483	211 483	229 878
Outros ...	23 564	20 658	19 612	21 357	21 043	22 617
Impostos indirectos ...	884 673	982 624	1 258 269	1 309 976	1 455 228	1 739 659
Direitos de Importação ...	357 709	402 221	525 054	528 582	621 439	671 139
Impostos de Consumo...	222 073	256 079	349 860	384 926	424 904	520 880
Imposto do Selo ...	89 083	91 947	127 471	141 198	137 258	209 602
Emolumentos Gerais ...	212 127	225 283	249 678	249 651	269 849	336 576
Outros ...	3 681	7 094	6 206	5 619	1 778	1 462
Taxas, Multas, ...	34 643	35 391	47 375	76 146	73 013	93 718
Rendim. de Propriedade (b) ...	303 792	438 124	433 164	430 597	485 369	469 804
Transferências ...	76 710	47 350	37 863	88 441	42 893	108 972
Venda de Bens e Serviços...	52 859	57 542	73 787	82 692	85 756	97 770
Outras Receitas Correntes ...	...	...	...	...	1 189	20 135
Total ...	1 946 705	2 097 582	2 551 649	2 712 946	2 899 403	3 344 427

(a) Valores provisórios, em 24 de Março de 1990

(b) Inclui, em 1987 e 1988, os seguintes resultados compensados com despesas orçamentais:

1987 — CTT 20 621 e EMPROPAC 25 443; 1988 — ISPS 13 415 e TACV 17 956.

Em 1988 e 1989 estão incluídos os juros dos emprést. retrocedidos: 110 180 e 136 238 contos, respectivamente.

2. TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL EM PORCENTAGEM

RECEITAS	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89	MÉDIA 84/89
Impostos directos...	-9,7	30,7	3,4	4,3	7,7	6,5
Contribuição Industrial ...	17,6	45,4	9,8	22,8	4,0	19,1
Contribuição Predial ...	8,6	49,8	57,1	20,7	15,2	28,9
Imposto Profissional ...	14,0	23,4	7,3	11,2	22,6	15,5
Imp. Cap. Rend. Petróleo ...	-53,3	0,3	3,4	-44,6	-12,2	-25,1
Imposto Complementar ...	24,4	43,5	-9,7	2,4	8,7	12,4
Outros ...	-12,3	-5,1	8,9	-1,5	7,5	-0,8
Impostos indirectos ...	11,1	28,1	4,1	11,1	19,5	14,5
Direitos de Importação ...	12,4	30,5	0,7	17,6	8,0	13,4
Impostos de Consumo...	15,3	36,6	10,0	10,4	22,6	18,6
Imposto do Selo ...	3,2	38,6	10,8	-2,8	52,7	18,7
Emolumentos Gerais ...	6,2	10,8	0,0	8,1	24,7	9,7
Outros ...	92,7	-12,5	-9,5	-68,4	-17,8	-16,9
Taxas, Multas, ...	2,2	33,9	60,7	-4,1	28,4	22,0
Rendim. de Propriedade (b) ...	44,2	-1,1	-0,6	12,7	-3,2	9,1
Transferências ...	-38,3	-20,0	133,6	-51,5	154,1	7,3
Venda de Bens e Serviços...	8,9	28,2	12,1	3,7	14,0	13,1
Outras Receitas Correntes ...	...	...	...	...	...	...
Total ...	7,8	21,6	6,3	6,9	15,3	11,4

Quadro 3
DESPESAS DE INVESTIMENTOS EM 1989
EM COMPARAÇÃO COM A PREVISÃO
(Em 1 000 Escudos)

	Realização 1.	Previsão 2.	% de Realiz. 3.=1/2.
Desenvolvimento Rural... ..	811 321	904 190	89,7
Pescas	18 764	379 725	4,9
Indústria	2 271	339 890	0,7
Energia e Dessalinização	83 199	405 160	20,5
Construção e Obras Públicas	452 006	469 010	96,4
Transportes e Comunicações	67 677	110 000	61,5
Comércio e Turismo... ..	5 752	12 000	47,9
Educação/Formação... ..	134 692	598 850	22,5
Saúde e Assuntos Sociais	279 020	429 075	65,0
Habitação/Urban./Saneamento	185 565	411 400	45,1
Administração	193 547	167 170	115,8
Transferências	37 887	15 000	252,6
Activos financeiros	739 714	511 520	144,6
Total	3 011 415	4 752 990	63,4

Quadro 4
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM 1989
EM COMPARAÇÃO COM A DE 1988
(Em 1 000 Escudos)

	1988 1.	1989 2.	Variação em % 3.=1/2.
Receitas correntes	2 899 403	3 344 427	15,3
- Despesas correntes	(3 420 555)	(3 938 906)	15,2
	(521 152)	(594 479)	
+ Reembolsos de empréstimos retrocedidos	113 348	115 211	
= Déficit corrente (A)	(407 804)	(479 268)	17,5
Receitas de capital	2 796 659	3 075 746	10,0
- Despesas de investimentos	(2. 751 004)	(3. 011 415)	9,5
= Saldo do Orçamento de Investimentos (B)	45 655	64 331	40,9
Déficit final (A) + (B)	(362 149)	(414 937)	14,6

2. Sector Empresarial do Estado

ano passado

No momento em que se elabora este relatório não se dispõe ainda das contas de 1989 de todas as empresas públicas. Para suprir essa falha, utilizaram-se dados provisórios referentes às variáveis mais significativas, o que, apesar de tudo, permite dar uma ideia geral suficientemente correcta do desempenho do Sector Empresarial do Estado em 1989.

2.1. Vendas e Prestações de Serviços

Continuou a verificar-se o crescimento global do volume de negócios, relativamente ao ano precedente (1988).

Neste domínio destacam-se as seguintes cinco EP's que apresentam um maior índice de crescimento:

INTERBASE	+ 288,1%
ENAPOR	+ 59,5%
TACV	+ 44,8%
ANV	+ 37,2%
ELECTRA	+ 16,5%

Cumprindo realçar a recuperação da INTERBASE que, de um índice de crescimento negativo em 1988 da ordem dos -51,0%, conseguiu não só inverter essa situação, mas ainda ultrapassar largamente o valor das Vendas de 1987.

Não obstante, continua a constatar-se de uma forma geral, um significativo abrandamento do ritmo de crescimento, mesmo em relação ao ano anterior, onde esta tendência já se vinha verificando, já que empresas como a EMPA, a ENACOL, os CTT e a ASA, com todo o seu peso no SEE, apresentam índices de crescimento situados entre os 3,5% e os 10%.

*explicar
como inverte
a tendência*

Por outro lado, verificou-se a inversão deste indicador na SONACOR, na ONAVE (que de positivo em 1988 passou a negativo em 1989, significando que venderam menos neste último ano do que naquele) e a persistência da quebra do indicador do volume de negócios da PESCAVE, tal como segue:

EMPROFAC	- 1,1%
PESCAVE	- 10,8%
ONAVE	- 14,1%
SONACOR	- 17,0%

2.2. Resultados líquidos

Os resultados líquidos (após provisões para impostos sobre os lucros) paten-
teiam uma retracção deste indicador em relação às empresas para as quais foi
possível apurá-lo simultaneamente nos anos de 1988 e 1989.

Com efeito:

- a) Embora tenha subido (ou continuado a subir) nas seguintes empresas (em
contos e percentagem de acréscimo):

	1988	1989	A
EMPROFAC	8 685	13 368	+ 53,9%
SONACOR	11 598	17 537	+ 51,2%
CTT... ..	72 238	102 988	+ 42,6%
ANV	4 530	6 256	+ 38,15

ou tenha deixado de ser negativo, invertendo-se em positivo, nas empresas:

	1988	1989
INTERBASE... ..	(5 473)	56 267
ENAPOR	(80 371)	52 878

onde é de salientar a espectacular recuperação verificada nas mesmas, dado que
havia, no ano de 1988, passado de uma situação de resultados positivos à de resul-
tados negativos e conjugando esta inversão com a apresentação de um lucro ap-
reciável no exercício de 1989.

ou tenha melhorado, o nível dos resultados, em relação ao ano anterior, que
apesar de tudo, se mantiveram negativos:

	1988	1989
PESCAVE	(81 174)	(57 732)

- b) Verifica-se, todavia, que em outras empresas o comportamento foi diverso,
como se pode constatar pela evolução abaixo descrita.

De facto:

- i) Reduziram resultados, mantendo-se embora ainda no campo positivo:

	1988	1989	A
ELECTRA	40 251	21 468	- 46,6%
ASA	74 923	54 891	- 26,7%
EMPA	197 938	154 872	- 21,8%

ii) Pioraram o nível de prejuízos apresentados em 1988:

	1988	1989	A
TACV	(133 632)	(301 159)	- 125,4%
ONAVE	(6 339)	(8 578)	- 35,3%

iii) Passou de um nível de resultados positivos a um nível de resultados negativos:

	1988	1989
ENACOL	13 197	(96 143)

2.3. Meios libertos pelas empresas (cash-flow).

O cash-flow bruto continua a apresentar, no computo global deste indicador, um nível substancialmente elevado, tendo, inclusivé, subido ligeiramente de 1988 para 1989, ao conjunto das empresas onde foi possível analisar o seu comportamento, em simultâneo, para os dois anos referidos.

Não obstante, essa evolução, com manutenção de nível, não foi homogênea para conjunto do SEE, já que comportamentos menos favoráveis verificados nos resultados de algumas empresas, se repercutiram negativamente neste domínio, como é o caso das empresas: ENACOL (que passou de um cash-flow bruto de + 73 848 cts em 1988 para cerca de - 40 000 cts em 1989) e TACV (- 24 060 cts em 1988 para - 159 288 cts em 1989); se bem que em outras EP's, como é o caso da INTERBASE (que passou de + 12 677 cts em 1988 para + 110 984 cts em 1989) e da ENAPOR (que subiu de + 33 034 cts para cerca de + 180 000 cts em 1989), para só citar as mais significativas, o mesmo indicador tenha evoluído de forma positiva, anulando assim aquela repercursão negativa.

2.4. Despesas com o pessoal

Na generalidade as empresas apresentam acréscimos bastante singificativos, no âmbito destas despesas, relativamente ao ano anterior, derivados, essencialmente, da revisão salarial efectuada em 1989.

Excepções a esta regra consubstanciam-se, tão somente, ao que parece, nas empresas ONAVE e PESCAVE, onde se verificaram reduções das despesas com pessoal derivadas do facto destas empresas terem reduzido os seus efectivos, por razões de diminuição das suas actividades.

2.5. Despesas financeiras

Não obstante as quebras de 18,8% e 13,6%, respectivamente, nas despesas financeiras dos CTT e da ASA, em relação ao ano anterior, verifica-se que este tipo de despesas continua a apresentar um elevado peso não só nas estruturas dessas duas empresas, mas ainda nas da ENACOL, da ENAPOR e da ARCA VERDE, apesar de o acréscimo anual, nesta última, em relação a 1988, haver sido insignificante.